



30^º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Modalidade: Trabalho completo.

AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO ESPAÇO PARA A PROMOÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DIGITAIS DOS CIDADÃOS.

Public libraries as a space for promoting citizens' digital competence.

Natália da Rocha da Silva - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Maria Teresa Miceli Kerbauy - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Resumo: No presente trabalho o objetivo é reforçar a importância das bibliotecas públicas na redução de desigualdades digitais, através de programas de desenvolvimento de competências digitais dos cidadãos. Para isso, foi feito um levantamento de trabalhos, a partir de pesquisas em bases de dados, que documentam exemplos de atividades realizadas em bibliotecas públicas sobre a temática, a fim de conhecimento do que vem sendo feito, visando a construção de ações nas bibliotecas brasileiras e chamando a atenção para a necessidade de ação diante da exigência de adaptação diante do mundo digital e do papel social e fundamental das bibliotecas.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas. Competência digital. Letramento digital.

Abstract: In this work, the objective is to reinforce the importance of public libraries in reducing digital inequalities, through programs to develop citizens' digital competence. To this end, a survey of works was carried out, based on research in databases, which document examples of activities carried out in public libraries on the subject, in order to understand what has been done, aiming to build actions in Brazilian libraries and drawing attention to the need for action in the face of the demand for adaptation to the digital world and the social and fundamental role of libraries.

Keywords: Public libraries. Digital competence. Digital literacy.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, o conceito de exclusão digital passou a compreender não apenas a questão do acesso, mas também o entendimento de que nem todos têm o conhecimento necessário para fazer o uso correto das facilidades digitais disponíveis. Para Gómez-Hernández; Hernández-Pedreño e Romero-Sánchez (2017) a exclusão tecnológica acentua os casos de vulnerabilidade social e não se trata apenas de uma questão de posse de equipamentos ou acesso a um computador ou celular, mas também das competências necessárias para usar as tecnologias de forma significativa.

Hosman e Pérez Comisso (2020) reforçam que a exclusão digital não é apenas sobre recursos físicos e digitais, mas também sobre as capacidades sociais e cognitivas, e que essas estão ligadas ao contexto de cada grupo social. Diante desse cenário, Fernández-de-Castro *et al.* (2021) chamam a atenção para a realidade de que à medida que a digitalização se estende cada vez mais aos âmbitos da vida, aumenta também a necessidade de atender as demandas da desigualdade social causada por esse processo de transformação.

Cientes de seu papel social, as bibliotecas públicas tem como função principal proporcionar o acesso à informação para todas as pessoas, de forma gratuita, assumindo um lugar importante na luta contra as desigualdades. A competência informacional, por exemplo, já é tema recorrente em trabalhos da área e mostra a importância do cidadão ser capaz de encontrar, avaliar e utilizar as informações, sendo esse, inclusive, um passo para o exercício da cidadania.

Sánchez-García e Yubero (2015) complementam esse pensamento ao afirmarem que saber acessar a informação torna-se uma habilidade fundamental para o exercício dos direitos civis, legais e sociais. Porém, em meio às mudanças experimentadas pela sociedade atualmente, “surge a necessidade de um diferencial que visa contribuir com o processo de avaliação e uso crítico da informação em ambientes variados e em diferentes suportes - a competência em informação, a competência midiática e a competência digital.” (Belluzzo, 2023).

A competência digital, por definição, “consiste no uso confiante e crítico das tecnologias de informação e comunicação, para o emprego, a aprendizagem, o autodesenvolvimento e a participação na sociedade” (Parlamento Europeu, 2006, p. 15). Envolve o entendimento de questões relacionadas à privacidade e segurança, ao uso ético

e legal e a criação e avaliação crítica de conteúdos midiáticos, por exemplo. (Ala-Mutka; Punie e Redecker, 2008).

Belluzzo (2023) argumenta que, desde o Século XX, a área da Ciência da Informação tem procurado recomendar e incorporar a formação de pessoas para facilitar o acesso e uso inteligente, ético e legal da informação para construir conhecimento e promover a intervenção assertiva na realidade social. Julien *et al.* (2021) complementam que embora a formação em competência digital ou informacional esteja bem documentada no contexto do ensino superior, abordagens eficazes por parte de bibliotecas públicas e outras organizações comunitárias não foram ainda totalmente exploradas.

O presente trabalho tem como objetivo principal, utilizando como método a revisão bibliográfica, reforçar a importância das bibliotecas públicas na redução de desigualdades digitais, através de ações e de programas de desenvolvimento de competências digitais dos cidadãos.

Para isso, foi feito um levantamento de trabalhos, a partir de pesquisas em bases de dados, que documentam exemplos de atividades realizadas em bibliotecas públicas sobre a temática, a fim de conhecimento do que vem sendo feito, visando a construção de ações nas bibliotecas brasileiras.

1.1 As bibliotecas públicas diante das demandas por competências digitais.

Como documentos norteadores, existem o manifesto das bibliotecas públicas (2022) da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que corrobora a importância das ações das bibliotecas em relação aos cidadãos. Nas Diretrizes IFLA/UNESCO sobre o acesso à internet, de 2006, é citado que as bibliotecas podem “assegurar que os membros socialmente excluídos possam se beneficiar das vantagens oferecidas pelas tecnologias da internet e desempenhar um papel ativo em suas comunidades”. (IFLA, 2006, p. 16).

Dentre as missões-chave descritas no manifesto das bibliotecas públicas temos:

Promover, apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para desenvolver habilidades de leitura e escrita; viabilizar o desenvolvimento das habilidades de letramento midiático e letramento digital para todas as pessoas, em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática. (IFLA, 2022, p. 3).



Essas missões-chave são fundamentais para o entendimento do impacto dos serviços bibliotecários para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana, além de chamar a atenção para as novas necessidades advindas da era tecnológica e da sociedade do conhecimento. Para Sánchez-García e Yubero (2015), é tempo de formar e reorientar os quadros para que as bibliotecas possam responder às novas necessidades dos cidadãos do século XXI, uma sociedade marcada pelo desenvolvimento tecnológico, e contribuir para a formação de uma cidadania educada e informada.

Fernández-de-Castro *et al.* (2021) descrevem como fundamentação do projeto apresentado, a união necessária entre os programas de letramento digital e as bibliotecas públicas:

Em primeiro lugar, a reivindicação das bibliotecas públicas como espaços gratuitos e abertos onde todos os setores da população podem acessar dispositivos e ligações digitais com o apoio de profissionais com formação específica para as necessidades particulares de cada pessoa. Em segundo lugar, a necessidade de programas de letramento digital contínuos e de longo prazo, de carácter comunitário e crítico: de base comunitária, para que sejam adaptáveis aos diferentes contextos econômicos, sociais e culturais dos utilizadores; e críticos, para aumentar a conscientização sobre a dependência de grandes corporações de tecnologia. (Fernández-de-Castro, *et al.*, 2021, p.3, tradução nossa).

A Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação, de 2014, prevê que instituições como as bibliotecas devem “oferecer treinamento e desenvolver habilidades para ajudar as pessoas a acessar e compreender as informações e os serviços mais úteis para elas”. Sendo esse tópico importante para garantir que “a desigualdade seja reduzida mediante a capacitação, educação e inclusão de grupos marginalizados.” (IFLA, 2014, p. 2)

A reivindicação das bibliotecas como lugar de desenvolvimento de habilidades digitais, além de reforçar o papel social das bibliotecas e a exigência de adaptação diante do mundo digital, é fundamental para acolher os grupos mais vulneráveis, que não contam com opções de outros lugares de aprendizagem.

Pesquisadores vêm discutindo a inevitável inclusão do ensino de competências digitais nas escolas, através da formação de professores e disciplinas para os alunos. Entretanto, isso faz com que surja a carência de ambientes de aprendizagem para pessoas que não se encontram mais em idade escolar ou enfrentam uma realidade em que a educação básica e de qualidade não é garantida.



Por fim, enxergamos que as ações para o desenvolvimento da competência digital dos cidadãos, assim como a competência informacional e competência midiática, vão ao encontro da Agenda 2030 e ao que ela propõe através dos objetivos de desenvolvimento sustentável, ligadas à garantia de educação de qualidade (ODS 04), ao trabalho decente (ODS 08) e assim, conseqüentemente, a redução de desigualdades (ODS 10) e a figura das bibliotecas como instituição eficaz (ODS 16).

2 METODOLOGIA

Sendo o objetivo encontrar artigos e outros trabalhos que apresentassem e/ou descrevessem programas de capacitação, treinamento ou que fornecessem oportunidades para os cidadãos em geral, desenvolvidos por bibliotecas públicas dentro da temática da promoção de competências digitais e de letramento digital, utilizou-se o método de revisão bibliográfica.

Revisão bibliográfica é descrita por Cavalcante e Oliveira (2020) como a forma de estudo que caracteriza-se pelo uso e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, teses, dissertações e artigos científicos. Essa metodologia tem então dois propósitos: “a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa.” (Alves-Mazzotti, 2002 apud Vosgerau; Romanowski, 2014, s. p.).

As bases de dados escolhidas para a realização da pesquisa foram a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o portal de periódicos CAPES e a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), nas quais foram realizadas buscas utilizando as expressões “competências digitais” AND “bibliotecas públicas” em português e inglês, assim como suas variações em ambas as línguas “competência digital” e “biblioteca pública”. Também foram feitas buscas por “programas de treinamento”, “capacitação” e “training programs” associados à expressão “bibliotecas públicas” e “digital”.

A lista completa dos termos utilizados está presente na tabela 01, disponível na seção de resultados. Optou-se por fazer as buscas em língua portuguesa e em língua inglesa visando o retorno de um número mais expressivo de trabalhos, assim como a busca por variações das palavras para que não fossem perdidos resultados por conta da padronização de expressões.

Como este trabalho não possui a intenção de fazer a diferenciação dos conceitos de *digital competence* e *digital literacy* e por acreditar que ambos fazem parte de um mesmo universo - o digital - foram analisados trabalhos que resultaram tanto de pesquisas por “*digital competence*” quanto por “*digital literacy*”.

A partir dos resultados obtidos, foram analisados os principais artigos e eliminando os que já haviam sido encontrados em busca anterior, foi possível separar trabalhos que contém relatos de experiências de ofertas de iniciativas que englobam as competências digitais e bibliotecas públicas, úteis para o desenvolvimento desta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A tabela 01 apresenta os resultados recuperados das buscas feitas em cada uma das bases de dados. Não foram recuperados trabalhos na SciELO, enquanto houveram resultados na BRAPCI e mais expressivamente no Portal de Periódicos CAPES, onde as buscas utilizando expressões em inglês resultaram em uma quantidade maior de documentos a serem analisados.

Tabela 1 – Quantidade de trabalhos recuperados nas bases de dados.

Expressões de busca	Resultados recuperados na SCIELO	Resultados recuperados na CAPES	Resultados recuperados na BRAPCI
“Competências digitais” AND “bibliotecas públicas”	0	1	4
“Competência digital” AND “bibliotecas públicas”	0	3	8
“Competência digital” AND “biblioteca pública”	0	3	3
“ <i>Digital competence</i> ” AND “ <i>public library</i> ”	0	20	0
“ <i>Digital competences</i> ” AND “ <i>public libraries</i> ”	0	46	1
“Letramento digital” AND “biblioteca pública”	0	0	0
“Letramento digital” AND “bibliotecas públicas”	0	0	0
“ <i>Digital literacy</i> ” AND “ <i>public library</i> ”	0	197	0
“ <i>Digital literacy</i> ” AND “ <i>public libraries</i> ”	0	197	12

“Programas de treinamento” AND digital AND “bibliotecas públicas”	0	0	0
Capacitação AND digital AND “bibliotecas públicas”	0	1	6
"Training programs" AND digital AND "public libraries"	0	30	0

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: A tabela apresenta os resultados obtidos nas buscas realizadas, de forma quantitativa. Possui quatro colunas, sendo a primeira a responsável por mostrar todas as expressões e combinações utilizadas no campo de busca. A segunda coluna corresponde ao resultado em números dos resultados obtidos na base de dados SciELO, enquanto a terceira diz respeito aos resultados do Portal de Periódicos CAPES e a quarta aos dados obtidos na BRAPCI.

Conforme apurado, com as buscas realizadas a partir das expressões descritas na metodologia, não obtivemos respostas sobre relatos de programas de desenvolvimento de competências digitais ou de letramento digital em bibliotecas públicas brasileiras.

Por isso, se faz preciso realizar outras pesquisas, considerando demais expressões de busca, para analisar especificamente as práticas das bibliotecas públicas no Brasil em relação ao tema. Sugerimos a inserção do termo inclusão digital e a partir dos resultados, a filtragem dos trabalhos que falam sobre a implementação de programas de formação cidadã e não apenas os que falam sobre o acesso à internet.

Outro ponto a ser considerado é a tendência de outros países, principalmente europeus, usarem com maior frequência os termos relacionados as competências digitais, uma vez que esses países contam, há mais de uma década, com documentos governamentais específicos para o desenvolvimento das novas competências exigidas diante das transformações digitais. Já no Brasil a discussão acerca do tema é mais recente e está majoritariamente presente na área da educação.

Após a filtragem e análise dos trabalhos, foram selecionados seis artigos que mais se encaixam no objetivo proposto. Não foram feitos recortes de data de publicação, idioma ou área de conhecimento. Os artigos escolhidos estão descritos no quadro 1, apresentado a seguir.

Quadro 1 - Artigos selecionados para análise.

Artigo	Título	Autores	Ano de publicação
01	<i>Social and digital empowerment of vulnerable library users of the Murcia Regional Library, Spain.</i>	Gómez-Hernández, J. A.; Hernández-Pedreño, M.; Romero-Sánchez, E.	2017

02	Concepção de conteúdos de aprendizagem sobre competências digitais básicas para mulheres migrantes na região de Múrcia, Espanha	Guerrero-Romera, C., et al.	2023
03	<i>Digital Literacy Training for Canadians, Part 1: "It's . . . Just Core Public Works"</i>	Julien, H. et al.	2021
04	<i>Powering Digital Communities: How Public Libraries Can Foster Digital Inclusion and Digital Literacy in Ontario.</i>	Panzarella, L.	2020
05	<i>Política de equidad en el acceso a la información: avanzando hacia un Chile digital.</i>	Sinay, C. B.; Michelson, M. L. de la M.	2006
06	<i>"Espacios de ciudadanía digital" en las bibliotecas públicas: una propuesta para su integración en el marco del Plan nacional de competencias digitales</i>	Vera-Baceta, M. Á.; Gómez-Hernández, J. A.	2021

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Descrição: O quadro 01 apresenta os seis artigos que foram selecionados para análise dentro da temática proposta. Ele possui quatro colunas, sendo a primeira a numeração dos artigos selecionados de um a seis. A segunda coluna compreende os títulos dos artigos selecionados, a terceira coluna contém os autores e a quarta os anos de publicação dos respectivos artigos.

3.1 Análise dos artigos selecionados

Foi possível visualizar que autores espanhóis vêm desenvolvendo trabalhos relevantes sobre bibliotecas públicas e seu papel social diante do universo digital. Ao falar sobre o empoderamento social de usuários em situação de vulnerabilidade, atendidos pela Biblioteca Regional de Múrcia, na Espanha, Gómez-Hernández, Hernández-Pedreño e Romero-Sánchez (2017) demonstram o impacto dos projetos realizados na vida das pessoas envolvidas. Para além do ensino-aprendizagem e o aperfeiçoamento pessoal e profissional,

Os utilizadores manifestam motivações diversas para se reunirem no Biblioteca Regional de Murcia - motivações relacionadas não só com fatores funcionais (como o acesso gratuito a computadores e à Internet, a utilização de serviços de empréstimo ou a leitura de imprensa), mas também com aspectos psicológicos e de socialização ligada à elevação da autoestima e das relações sociais com outros usuários e profissionais da biblioteca. Sentem-se como se estivessem na companhia de outras pessoas, embora em alguns casos possa haver pouca interação social real, e chamam a atenção para o sentimento de solidariedade gerado entre eles se forem ajudados sem consultar o pessoal da biblioteca quando se encontram em dificuldades de TI. (Gómez-Hernández, Hernández-Pedreño e Romero-Sánchez, 2017, p. 28, tradução nossa).



Outro projeto que conta com a intervenção da biblioteca pública, também em Múrcia, é o de treinamento em competências digitais para mulheres migrantes na Espanha. Essa intervenção é realizada em doze municípios, para mulheres que são atendidas pelo programa Rendimento Vital Mínimo, fornecido pelo governo espanhol e tem como objetivo capacitar esse público para diminuir a exclusão digital vivida por essas mulheres e promover melhores oportunidades de vida.

Conforme descrito por Guerrero-Romera *et al.* (2023) os encontros são realizados também em outros espaços públicos mas especialmente em bibliotecas públicas, por serem um serviço de referência na sociedade, garantindo o acesso universal a todas as pessoas e possuindo o compromisso com o direito à informação e ao desenvolvimento de capacidades.

Já a iniciativa do Chile foi uma das pioneiras no tema ao iniciar suas atividades no ano de 2002. O Biblioredes é um programa presente em quatrocentas e vinte e cinco bibliotecas públicas distribuídas em todo o país, que oferece o acesso gratuito à internet de qualidade e formação, também gratuita, no desenvolvimento de competências digitais.

De acordo com dados obtidos no site do governo chileno, o impacto do programa vem sendo notável, com mais de 20 milhões e 800 mil sessões de acesso; 1,4 milhões de utilizadores registrados e mais de 681 mil ações de formação que beneficiaram 351 mil pessoas. Sinay e Michelson (2006) apresentam no artigo outro dado interessante vindo da pesquisa sobre o impacto do Biblioredes. Em investigação realizada, notou-se que o empréstimo de livros aumentou 76% nos primeiros três anos de implementação do projeto.

Ao frequentarem o espaço da biblioteca, mesmo que inicialmente com a finalidade de acesso e desenvolvimento de habilidades digitais, as pessoas foram impactadas diretamente por outros serviços prestados pela instituição, o que aumentou a participação em comunidade e o incentivo à leitura, através do aumento significativo dos empréstimos de livros.

O sistema de bibliotecas públicas em Ontário também aparece em trabalhos como um exemplo de instituição governamental que adota os princípios da inclusão digital. Panzarella (2020) mostra que as bibliotecas contribuem para a inclusão digital, conectando os usuários ao acesso a infraestruturas digitais e oferecendo programas de letramento digital. A autora traz dados do Ministério do Patrimônio, Desporto, Turismo e Indústrias Culturais de Ontário que mostram que, em 2018, as bibliotecas públicas de Ontário acolheram mais de 24.000 programas de formação em letramento digital.



Julien et al. (2021) trazem através de entrevistas com os gestores das bibliotecas e com usuários, diversos exemplos de treinamento em letramento digital para os canadenses. São oferecidos treinamentos básicos, como noções sobre email e mídias sociais até cursos mais avançados, abarcando assuntos como inteligência artificial e realidade virtual.

Por fim, é apresentado o projeto “Espaços de Cidadania Digital”, proposto por Vera-Baceta e Gómez-Hernandéz (2021) que pretende a criação, nas bibliotecas espanholas, de espaços configurados de acordo com os objetivos de inclusão digital, cultural e social para o exercício da cidadania. Neles seriam realizadas ações e serviços de orientação, formação e participação que contribuam para a aquisição de competências informacionais e digitais, e que possam ser aplicadas às diferentes áreas da vida privada, laboral, educativa e social das pessoas e grupos-alvo de acordo com suas necessidades (Vera-Baceta; Gómez-Hernandéz, 2021).

Os autores defendem que esse é um recurso indispensável diante das desigualdades sociais e da necessidade de inclusão social e que o ambiente da biblioteca pública é ideal para a realização desses trabalhos, dada a sua dimensão social e seu papel de agente potencializador da convivência, participação e autonomia das pessoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise dos trabalhos escolhidos, foi possível perceber que muitas ações vêm sendo realizadas por bibliotecas públicas para o desenvolvimento de competências digitais das pessoas ao redor do mundo e que os resultados são a construção de uma comunidade mais envolvida e impactos significativos na vida dos cidadãos, principalmente os mais vulneráveis.

A fim de construir uma discussão mais profunda sobre o tema é preciso um estudo amplo sobre a realidade das bibliotecas brasileiras, incluindo problemas de infraestrutura e financiamento, perfil profissional necessário e pesquisas sobre o atual nível de competência digital de profissionais bibliotecários. Além disso, a criação de programas de formação deve passar por análises dos contextos da comunidade atendida, e estudar o estabelecimento de parcerias com outras instituições.

Bibliotecas podem firmar um relacionamento duradouro com suas comunidades através da implementação de programas e ações que visam aumentar o nível de competência

digital dos cidadãos atendidos, que vai ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e é uma forma de atuar a favor da redução de desigualdades. Uma biblioteca comprometida com sua comunidade é capaz de garantir que a democracia e o direito à cidadania sejam fortalecidos, por intermédio dos serviços oferecidos.ⁱ

REFERÊNCIAS

ALA-MUTKA, K.; PUNIE, Y.; REDECKER, C. Digital competence for lifelong learning. European Commission, Joint Research Centre, v. 48708, p. 271-282, 2008. Disponível em: [10.13140/RG.2.2.17285.78567](https://doi.org/10.13140/RG.2.2.17285.78567). Acesso em 03 jun. de 2024.

BELLUZZO, Regina Celia B. Competência em Informação, Midiática e Digital: reflexões desde suas origens às principais tendências em espaços econômicos, educacionais e culturais na era digital. **Infor**, Montevideo, v. 28, n. 2, p. 55-89, dez. 2023. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-13782023000200055&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 02 jun. 2024.

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 10 jun. 2024.

EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL. Recommendation of the European Parliament and the Council of 18 December 2006 on key competences for lifelong learning. Official Journal of the European Union, L394, 2006. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/oj/2006/l_394/l_39420061230en00100018.pdf. Acesso em: 09 jun. 2024.

FERNÁNDEZ-DE-CASTRO, F. *et al.* Competencias para la ciudadanía digital: propuesta de cuestionario para profesionales de bibliotecas públicas. **X Seminario Hispano Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad**. Brasília, nov. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alessandra-Farne/publication/361934166_Competicencias_para_la_ciudadania_digital_propuesta_de_cuestionario_para_profesionales_de_bibliotecas_publicas/links/62cd7efcc276426014a96093/Competencias-para-la-ciudadania-digital-propuesta-de-cuestionario-para-profesionales-de-bibliotecas-publicas.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, J. A.; HERNÁNDEZ-PEDREÑO, M.; ROMERO-SÁNCHEZ, E. Social and digital empowerment of vulnerable library users of the Murcia Regional Library, Spain. **Profesional de la información**, v. 26, n. 1, p. 20–33, 2017. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2017.ene.03>. Acesso em: 02 jun. 2024.

GUERRERO-ROMERA, C. *et al.* Concepção de conteúdos de aprendizagem sobre competências digitais básicas para mulheres migrantes na região de Múrcia, Espanha. **Infor**, Montevideu, v. 28, n. 2. p. 142-189, dez. 2023. Disponível em

http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-13782023000200142&lng=es&nrm=iso. Acesso em 03 de junho 2024.

HOSMAN, L., PÉREZ COMISSO, M. A. How do we understand “meaningful use” of the internet? Of divides, skills and socio-technical awareness. **Journal of Information, Communication and Ethics in Society**, Vol. 18 No. 3, p. 461-479, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JICES-05-2020-0055>. Acesso em: 11 jun. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento. Holanda: IFLA, 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. Diretrizes para o manifesto IFLA/UNESCO sobre a internet. 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Manifesto da biblioteca pública IFLA-UNESCO. 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em 04 jun. 2024.

JULIEN, H. *et al.* Digital Literacy Training for Canadians, Part 1: "It's . . . Just Core Public Works". **The Library Quarterly**. V.91. n. 4, p. 437-456, out. 2021. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/715918>. Acesso em: 04 jun. 2024.

OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION. Recommendation of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006 on key competences for lifelong learning. Luxembourg: European Union Law Publications, p 10-18. 30 dez. 2006. Disponível em: <http://data.europa.eu/eli/reco/2006/962/oj>. Acesso em: 03 jun. 2024.

PANZARELLA, L. Powering Digital Communities: How Public Libraries Can Foster Digital Inclusion and Digital Literacy in Ontario. **The IJournal**: Student Journal of the Faculty of Information, Toronto, v. 5 n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33137/ijournal.v5i2.34469>. Acesso em 03 jun. 2024.

SÁNCHEZ-GARCÍA, S.; YUBERO, S. Função social das bibliotecas públicas: novos espaços de aprendizagem e inserção social. **Profesional de la información**. v. 24, n. 2. p. 103–112, 2015. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2015.mar.03> Acesso em: 03 jun. 2024.

SINAY, C. B.; MICHELSON, M. L. DE . LA M.. Política de equidad en el acceso a la información: avanzando hacia un Chile digital. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 68–74, maio 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000200008>. Acesso em 02 jun. 2024.

VERA-BACETA, M. Á.; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, J. A. "Espacios de ciudadanía digital" en las bibliotecas públicas: una propuesta para su integración en el marco del Plan nacional de competencias digitales. **Anuario ThinkEPI**, v. 15, 2021. Disponível em:

<https://thinkepi.scimagoepi.com/index.php/ThinkEPI/article/view/88761>. Acesso em: 03 jun. 2024.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189130424009.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ⁱ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.